



Contribuições da Teoria da Relevância para a prática de interpretação de textos: uma ilustração por meio de textos de humor

Marcos Goldnadel
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rita de Cássia Oliveira
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo: A Teoria da Relevância constitui, atualmente, um dos importantes paradigmas em Pragmática. O propósito deste artigo é apresentar possíveis contribuições dessa teoria à prática de interpretação de textos em sala de aula a partir da análise de textos de humor. São apresentados alguns conceitos fundamentais da teoria, com base nos quais é realizada uma análise de textos humorísticos. Em seguida, realiza-se uma reflexão sobre a prática escolar da atividade de interpretação de textos à luz dos conceitos da Teoria da Relevância, propondo-se atividades de leitura voltadas à conscientização do caráter inferencial do processo de interpretação de enunciados.

Palavras-chave: Teoria da Relevância; implicatura; inferência; interpretação textual; ensino.

INTRODUÇÃO

Mesmo com a compreensão da necessidade de ultrapassar os limites do ensino tradicional, excessivamente calcado na transmissão de uma metalinguagem gramatical, ainda é difícil para muitos professores, herdeiros de uma tradição fortemente consolidada, avançar rumo à direção de propostas capazes de apresentar, ao aluno, uma perspectiva distinta para a leitura em aula, que estimule suas habilidades interpretativas. Embora a compreensão do processo de comunicação em linguagem verbal tenha avançado consideravelmente com o desenvolvimento das teorias pragmáticas, muito do que se observa na prática pedagógica escolar envolvendo leitura de textos parece ainda amparado em concepções de língua que entendem a interpretação como uma tarefa de simples decodificação.

Atualmente, os desenvolvimentos da Lingüística, com teorias elaboradas para lidar com aspectos pragmáticos da linguagem, mostram¹ que a interação verbal é muito mais complexa do que

¹ Cf. Grice (1991), Sperber; Wilson (1986), Reddy (1979).



supõem as teorias fundadas no modelo de códigos. Entre o que é dito e o que é compreendido, há muito mais que um processo de decodificação, cabendo à inferência um papel central no processo de interpretação lingüística. Merecido reconhecimento tem recebido Grice,² por ter percebido o papel da intencionalidade e da inferência na comunicação e por ter elaborado um modelo de análise capaz de estimular uma série de investigações futuras, todas no sentido de explicar e descrever de modo mais adequado o processo de interpretação textual.

Entre as abordagens contemporâneas que herdaram o legado de Grice, merece destaque a Teoria da Relevância (TR), proposta por Sperber e Wilson. Elevando uma das máximas griceanas – a máxima da relação – ao *status* de um princípio cognitivo geral, a TR procura explicar o processo interpretativo subjacente ao uso da linguagem verbal. A teoria ganha em plausibilidade quando reconhece não apenas um princípio cognitivo geral, mas ainda o papel da dedução, da memória e das representações mentais na atribuição de sentido a enunciados.

Em meio às contribuições da TR, cabe ressaltar sua reformulação do conceito de *contexto*, tão mencionado atualmente, quando se defende o uso de frases contextualizadas no ensino como um princípio do qual jamais é recomendável afastar-se. Em nome do respeito a essa nova “regra”, muitos livros didáticos não contêm mais exercícios de análises metalingüísticas de frases soltas, apenas de excertos retirados de textos; no entanto, a idéia de contexto, conforme é encontrada em Sperber e Wilson (1995), pode estimular práticas bem mais produtivas. A compreensão da TR, em suas linhas gerais, permite fazer-se uma reflexão sobre as práticas de ensino, revelando potencialidades pedagógicas pouco exploradas e estimulando a elaboração de propostas capazes de aprimorar não apenas o raciocínio gramatical do aluno, mas também sua capacidade interpretativa, uma das importantes finalidades do ensino de língua materna.

Este artigo apresenta uma proposta pedagógica para o exercício de interpretação de texto em sala de aula, fundamentando-

² Seu artigo *Logic and Conversation*, divulgado nas conferências realizadas pela Universidade de Harvard em 1967, publicado em 1975, teve grande impacto na literatura pragmática. Esse artigo, juntamente com outros de grande valor para o debate em Pragmática, encontra-se no livro *Studies in the Way of Words*.



a nas contribuições da TR. Para tanto, realiza-se, na próxima seção, uma breve apresentação de alguns conceitos fundamentais da TR, a fim de que, na seção seguinte, seja possível ilustrar a teoria com a análise de dois textos de humor. Finaliza o artigo uma seção destinada a propor atividades de sala de aula que estimulem a interpretação textual.

ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA DA RELEVÂNCIA

Em sua formulação clássica, a TR apresenta uma série de conceitos-chave, que estabelecem entre si uma relação de dependência forte, caracterizando-a como uma teoria solidamente articulada. No que segue, são apresentados alguns dos conceitos fundamentais da teoria, necessários à reflexão sobre as práticas pedagógicas que permite fundamentar. Os conceitos a serem apresentados são os de *ambiente cognitivo*, *manifestabilidade mútua*, *princípio de relevância*, *presunção de relevância* e *contexto*.

Sendo uma teoria pragmática de base cognitiva, a TR não poderia deixar de fazer referência, em sua discussão, ao processamento de enunciados. Na perspectiva adotada por Sperber e Wilson, o falante, ao proferir uma sentença, interfere no ambiente cognitivo de seu interlocutor, o conjunto de suposições para ele manifestas. Esse conjunto é composto de suposições oriundas de fontes diversas, como aquelas que se depreendem do entorno situacional, de passagens prévias da conversa ou até mesmo de situações passadas entre os interlocutores.

Ao proferir a sentença, o enunciador não espera que o destinatário altere seu ambiente cognitivo apenas pelo acréscimo do conteúdo expresso pela sentença proferida. Sua expectativa é a de produzir efeitos contextuais capazes de justificar o esforço interpretativo solicitado. Esses efeitos podem ser o acréscimo de conteúdo novo (resultado de inferência produzida pela interação entre o conteúdo expresso pela sentença proferida e conteúdos manifestos para o ouvinte), o reforço, o enfraquecimento ou ainda a eliminação de uma suposição do conjunto de suposições presentes no ambiente cognitivo do interlocutor. Nesses termos, ao usar um enunciado, o falante pretende disparar um processo inferencial capaz de produzir efeitos que vão além da simples decodificação da sentença proferida. Um bom exemplo é o que se encontra em Silveira e Feltes (2002, p.19, 20), apresentado a seguir.



(1) A mãe à espera do filho que deveria acompanhá-la a um compromisso, ao vê-lo deitado diante da televisão, diz: “- Você não vai se mexer?”.

Se o processo comunicativo fosse simplesmente “desempacotar” a mensagem, a interpretação para o enunciado em (1) seria algo como “Você não vai fazer movimentos com o seu corpo?”. Por conseguinte, um modelo de código amparado exclusivamente na idéia de que a comunicação em linguagem verbal possa ser descrita apenas segundo princípios de codificação e decodificação não permite analisar a interpretação de (1) como uma ordem ou um pedido. Na situação seguinte, a mesma sentença é proferida, entretanto, no que diz respeito à interpretação, há um conjunto de suposições tornadas manifestas para os interlocutores a partir de uma troca conversacional precedente.

(2) A mãe diz ao filho que, se ele não for à biblioteca para estudar, em vez de ficar assistindo à televisão, ela o impedirá de sair à noite com os amigos. Ao perceber que o filho continua assistindo à TV, ela diz severamente: “- Você não vai se mexer?”

Em (2), o enunciado poderia ser interpretado como uma ameaça de aplicar a sanção prometida, um efeito contextual que resulta da interação entre o conteúdo da sentença proferida e parte das suposições manifestas aos interlocutores. O exemplo é útil por dois motivos. Em primeiro lugar, porque permite esclarecer o conceito de manifestabilidade mútua. A suposição de que a permanência do filho diante da televisão seria motivo para uma proibição futura é manifesta para o filho e para a mãe; no entanto, a rigor, não basta que uma suposição seja manifesta para todos os interlocutores numa situação de comunicação: é preciso ainda que esteja manifesto para todos que a suposição é manifesta para todos. Se, por exemplo, a ameaça da mãe fosse manifesta para ela, mas não fosse manifesto para ela que a ameaça também o seria para o filho, certamente ela não produziria seu enunciado com a expectativa de que ele o interpretasse como um aviso. Para que a mãe esteja segura de que sua ameaça (anteriormente proferida) possa ser tomada como base para a interpretação de seu enunciado, ela precisa também estar segura de que faz parte de um ambiente cognitivo compartilhado. Na concepção de Sperber e Wilson, um ambiente



cognitivo mútuo é aquele em que, “para toda suposição manifesta, o fato de que é manifesta para as pessoas que compartilham esse ambiente [cognitivo] é em si manifesto” (Sperber; Wilson, 1995, p.42).

No exemplo em (2), dificilmente a ameaça da mãe não seria mutuamente manifesta, uma vez que foi proferida por ela para o filho em momento anterior, contudo, nem sempre é assim. Imagine-se uma situação em que dois vizinhos tenham assistido, das janelas de seus apartamentos, a um assalto a um pedestre, mas que não tenham como saber quem presenciou a cena – suponha-se, por exemplo, que cada um more em um andar e não tenha como ver que o outro presencia a mesma cena do assalto. Nesse caso, a suposição de que houve um assalto diante do prédio é manifesta para os dois vizinhos, ou seja, faz parte de seus ambientes cognitivos, mas não é mutuamente manifesta, pois não faz parte de seus ambientes cognitivos mútuos. Dificilmente, um dos moradores que assistiu ao delito contará com a utilização dessa suposição para a interpretação de um de seus enunciados durante uma conversa posterior com um de seus vizinhos.

O exemplo é útil ainda para ilustrar o papel da inferência no processo de interpretação de enunciados. A pergunta da mãe exige uma resposta do tipo “sim/não”. Considerando o conjunto de *suposições mutuamente manifestas* para os interlocutores, cada uma das respostas possui determinados *efeitos contextuais* alcançados por meio de inferências dedutivas sintéticas não-triviais.³ Seria razoável considerar que, entre essas suposições, estejam as que figuram em (3)-(5).

- (3) Se o filho não se mexe, então não sai da frente da televisão.
- (4) Se o filho não sai da frente da televisão, então não vai à biblioteca para estudar.
- (5) Se o filho não vai à biblioteca para estudar, então não sai à noite.

Uma resposta negativa à pergunta realizada pela mãe, em combinação com as suposições (3)-(5), produziria a implicação contextual (6),⁴ resultante de inferência dedutiva.

³ Para uma melhor compreensão da caracterização dos tipos de inferência, recomenda-se a leitura de Sperber e Wilson (1995).

⁴ Se reformularmos a suposição (6), aquela que expressa a ameaça da mãe, por um bicondicional (uma interpretação que mereceria ainda uma explicação pragmática), uma resposta afirmativa do filho implicaria a suposição de que sairia à noite. Como esse resultado depende de considerações acerca da



(6) O filho não vai sair à noite.

A relevância da pergunta da mãe reside justamente nos efeitos contextuais de suas possíveis respostas. Assim, a TR oferece meios – via o conceito de ambiente cognitivo mutuamente manifesto e do reconhecimento de processos inferenciais presentes no processo de interpretação de enunciados, baseados na dedução – de descrever a produção de implícitos a partir da utilização de enunciados verbais. Como explicar, no entanto, que, entre o vasto conjunto de suposições mutuamente manifestas para os dois interlocutores do exemplo (2), tenham sido escolhidas, para a interpretação do enunciado da mãe, justamente as suposições (3)-(5)? A resposta da TR é a de que as suposições em (3)-(5) são aquelas que produzem o resultado interpretativo mais relevante. Para dar amparo teórico a essa suposição, a TR postula um Princípio de Relevância, expresso em (7).

(7) Princípio de Relevância: Cada ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua relevância ótima.

O Princípio de Relevância depende, por conseguinte, de uma presunção de relevância ótima de um enunciado, conceito apresentado em (8).

(8) Presunção de Relevância Ótima:

(a) O conjunto de suposições I que o comunicador pretende tornar manifesto para o destinatário é relevante o suficiente para fazer valer a pena o esforço de processar o estímulo ostensivo produzido.

(b) O estímulo ostensivo é o mais relevante que o comunicador poderia ter usado para comunicar I.

A condição (a) da presunção de relevância ótima é bastante simples de se compreender. Segundo ela, o estímulo deve produzir efeitos que compensem o esforço exigido para seu processamento. Uma vez admitido, por parte do destinatário, que o estímulo deve valer a pena ser processado, ele ainda tem expectativa de que seu resultado seja o mais relevante possível. A condição (b), conseqüentemente, estabelece uma exigência de relevância máxima

interpretação de condicionais em linguagem verbal, será ignorado nas considerações tecidas sobre a relevância da pergunta em (2).



do estímulo produzido pelo produtor de um enunciado. Para compreender a condição (b), é necessário tomar conhecimento do que vem a ser, no quadro da TR, a relevância de um estímulo, apresentada por Sperber e Wilson como relevância de um fenômeno, conforme (9).

(9) Relevância de um fenômeno

Condição 1: um fenômeno é relevante para um indivíduo na medida em que os efeitos contextuais alcançados quando otimamente processado são maiores.

Condição 2: um fenômeno é relevante para um indivíduo na medida em que o esforço requerido para processá-lo otimamente é menor.

Como se pode notar, a relevância de um estímulo depende de dois fatores complementares. Um estímulo será relevante se produzir um conjunto significativo de efeitos contextuais, ou seja, se, na interação com conteúdos mutuamente manifestos aos participantes da situação de comunicação, produzir implicações contextuais ou produzir o reforço ou enfraquecimento de suposições pertencentes aos ambientes cognitivos dos interlocutores. Conforme a condição 2, a relevância de um fenômeno depende ainda do esforço necessário para produzir os efeitos pretendidos. Sendo assim, um estímulo qualquer será tanto mais relevante, quanto maiores os seus efeitos e menor o custo cognitivo para a produção desses efeitos.

Não se pode ignorar que, para a relevância de um estímulo qualquer, as condições 1 e 2 devem ser consideradas conjuntamente, ou seja, mesmo com muitos efeitos contextuais, um estímulo perde a relevância se exige muito esforço. Do mesmo modo, um estímulo que exija pouco esforço e produza poucos efeitos também perde em relevância. Sendo assim, o que a condição (b) da Presunção de Relevância Ótima exige é que o enunciado produzido pelo falante permita o maior número de efeitos contextuais com o menor esforço de processamento. Para compreender a ação das condições 1 e 2 na presunção de relevância, podem-se considerar dois enunciados alternativos em uma situação específica de comunicação, como em (10).



(10) Na igreja, o noivo faz a seguinte pergunta ao padre, tendo sido informado por um parente de que a noiva iria atrasar-se bastante.

Noivo: - Padre, quanto tempo podemos nos atrasar?

(10a) Padre: - Uma hora.

(10b) Padre: - Tenho outro casamento marcado para as 9h.

Em (10), as duas respostas alternativas, (10a) e (10b), exigem esforços de interpretação distintos. Enquanto (10a) é uma resposta bastante direta, (10b) só poderá satisfazer a curiosidade mais imediata demonstrada pelo noivo depois de um cálculo matemático. O noivo precisará olhar para o relógio e, vendo o horário, calcular o tempo que há entre um casamento e outro. Precisar ainda pensar no tempo de duração de sua cerimônia, calculando o horário em que deverá iniciar para não haver colisão com a cerimônia seguinte. Ao deparar-se com a necessidade de realizar esse esforço adicional, o noivo, considerando a presunção de relevância ótima (mais especificamente a condição (b) desse princípio), vai em busca de efeitos contextuais capazes de compensá-lo em seu “desgaste” cognitivo adicional. De fato, o esforço cognitivo para interpretar (10b) parece recompensado pela série de implicações resultantes da consideração da possibilidade de uma colisão de horários entre dois casamentos.

O aspecto a ser sublinhado com esse exemplo é o de que, por aderir à presunção de relevância ótima, interlocutores estão sintonizados na busca de chaves interpretativas capazes de maximizar a relevância dos estímulos que produzam e recebam, o que explica o grau surpreendente de acordo e coordenação que se observa em trocas conversacionais. A TR, por conseguinte, não apenas enfrenta a tarefa de descrever as inferências particulares em situações de comunicação, mas ainda se ocupa de apresentar princípios cognitivos de natureza mais geral, capazes de explicar o modo pelo qual se produz um impressionante acordo sobre o sentido de enunciados, que excede em muito os conteúdos verbalmente codificados.

Neste ponto, é útil chamar a atenção para a caracterização do conceito de *contexto* na TR. Em cada um dos exemplos apresentados acima, postula-se a presença de um conjunto de conteúdos necessários para que o estímulo produzido por um emissor produza algum efeito de sentido capaz de justificar suas escolhas lingüísticas.



Esse conjunto de conteúdos contextualiza o enunciado proferido, sendo, portanto, o seu *contexto*. Note-se, no entanto, que o *contexto*, diferente do que tradicionalmente consideram as teorias pragmáticas,⁵ não é dado de antemão; ele é construído no processo de interpretação (guiado pela Presunção de Relevância Ótima). Em sua busca por relevância, os interlocutores elegem conteúdos cognitivamente manifestos capazes de, na interação com o conteúdo da sentença proferida, produzir efeitos contextuais. A construção de contextos, essencial para a interpretação de enunciados, é uma atividade inferencial.

Todas essas considerações, apesar de bastante sumárias, constituem um resumo de algumas das idéias centrais da TR. Como se pode notar, a teoria tem a preocupação de não apenas descrever processos interpretativos, mas também de fornecer um conjunto de conceitos capazes de explicar esses processos em bases naturais. Em sua articulação, os conceitos revelam aspectos importantes da interpretação de enunciados e, portanto, de textos. A compreensão sugerida pela teoria pode estimular uma reflexão importante sobre a forma como a escola tem trabalhado com interpretação. Na próxima seção, aplica-se a TR à análise de textos de humor. Com ela, pretende-se ilustrar a aplicação dos conceitos da teoria e chamar a atenção para as virtudes desse tipo de texto para o ensino.

TEORIA DA RELEVÂNCIA E ANÁLISE DE TEXTOS DE HUMOR

Embora a TR seja uma teoria da interpretação, idealizada para lidar com enunciados presentes em qualquer tipo de texto, a análise dos textos de humor, para fins de exposição, é de especial interesse. A razão é o fato de que a maioria das piadas, charges e tiras depende crucialmente da capacidade do destinatário de realizar inferências apropriadas, escolhendo os contextos adequados, para que o efeito de humor se produza. Sendo assim, o texto de humor evidencia o papel da inferência, presente em toda interpretação, estimulando uma reflexão sobre o processo de atribuição de sentido a enunciados. Na piada em (11), pode-se perceber com clareza o papel da inferência na produção de sentido

⁵ A grande maioria das teorias pragmáticas herda o conceito de contexto cunhado em Stalnaker (1979). Nessa acepção, contexto é o conjunto de pressuposições dos interlocutores, ou seja, é o (vasto) conjunto de suposições mutuamente compartilhadas pelos interlocutores.



do enunciado em itálico, que, em última instância, é responsável pelo humor.

(11) Um químico, um físico e um técnico de computadores estavam em um automóvel. Quando se aproximavam do destino, o carro estragou. Como nenhum deles entendia de mecânica, cada um deu seu palpite.

- Bom, o problema só pode estar na gasolina - disse o químico. - Deve ter sido contaminada por um agente que impede a combustão.

- Nada disso - afirma o físico. - É a bomba de injeção: algum objeto a impede de funcionar.

E o técnico de computação sugeriu a solução:

- *Que tal se a gente saísse do carro e entrasse de novo?*

É evidente que, descontextualizado, o enunciado grifado não poderia figurar, como sugere o enunciado anterior, como uma solução para o problema do carro, ou seja, a proposta de sair do veículo e entrar de novo não poderia ser considerada uma solução para um problema mecânico. O ouvinte encontra-se diante da tarefa de identificar uma interpretação condizente com a caracterização de solução para o conteúdo do enunciado em itálico, uma vez que uma interpretação desconectada exigiria um esforço cognitivo sem qualquer efeito contextual como recompensa.

Em face da necessidade de derivar mais relevância a partir da interpretação do enunciado, o ouvinte passa a buscar estender o contexto mais imediato - composto do conteúdo presente nos enunciados precedentes -, acrescentando-lhe conteúdos que permitam produzir efeitos contextuais capazes de satisfazer o Princípio de Relevância. Para tanto, conta com a ajuda do contexto composto pelos enunciados precedentes, que - não sem propósito - colocam em cena profissionais de determinadas áreas, apresentando explicações para o problema fundamentadas em suas especialidades. Dessa forma, no momento de interpretar o último enunciado, tornam-se acessíveis⁶ suposições relacionadas à área de atuação dos técnicos de Informática. Entre essas suposições há uma, particularmente, que parece, em combinação com o

⁶ Em Sperber e Wilson (1995), os autores fazem uma longa discussão sobre a acessibilidade de contextos e sua relação com o esforço realizado para interpretar enunciados.



conteúdo explícito do enunciado em análise, produzir efeitos contextuais. Trata-se da informação de que, muitas vezes, depois de várias tentativas de resolver problemas com computadores, os técnicos em Informática, como última alternativa, optam por finalizar os programas (“sair”) e, logo em seguida, inicializá-los (“entrar”) novamente. Somente depois de recuperar essa informação, pode-se perceber que o técnico está oferecendo um tipo de solução – para ele, rotineira – para o problema do carro em que se encontra.

Essa piada ilustra bem dois aspectos da TR. O primeiro relaciona-se ao fato de que determinados conteúdos tornados mais acessíveis por informações contidas em enunciados precedentes também podem integrar o contexto do enunciado a ser analisado. Os enunciados precedentes, além de tornarem manifestas as suposições que expressam a partir de sua interpretação, aumentam a manifestabilidade de outras suposições associadas (neste caso, um comportamento típico de técnicos de Informática quando estão diante de problemas com os quais não conseguem lidar de modo racional). Essa maior manifestabilidade representa uma diminuição do esforço de processamento, aumentando, dessa forma, a relevância do enunciado.

O segundo aspecto diz respeito ao fato de que, muitas vezes, o objetivo do enunciado não é chamar a atenção para o seu sentido, mas para conteúdos necessários à atribuição de sentido no processo de interpretação. Fica evidente, na piada, que o objetivo não é colocar em evidência a solução proposta pelo técnico, mas destacar o fato de que técnicos de Informática, diferente da maioria de outros, caracterizam-se por solucionar problemas (pelo menos de forma mais imediata) optando por desativar e ativar os objetos com problemas que sejam chamados a solucionar. O exemplo mostra que o processo de interpretação não só excede a mera codificação, como também extrapola os objetivos mais imediatos de atribuição de sentido a enunciados. Dito de outra forma, talvez seja possível afirmar que o sentido de um enunciado é uma série de conteúdos cujo uso permite ativar no processo de interpretação. A partir dessa consideração, percebe-se que a TR parece oferecer um quadro de reflexão muito mais rico para quem se preocupa com o desenvolvimento de habilidades interpretativas dos alunos.

Neste ponto, já está claro que a construção de contextos apropriados é uma atividade cognitiva de caráter eminentemente



inferencial. No entanto, o exemplo dado centraliza a atenção na interpretação de um enunciado que depende apenas de conhecimento previamente armazenado na memória dos interlocutores, mas nem sempre é assim. Em alguns casos, a interpretação depende da construção de determinadas premissas, sem as quais a interpretação não poderia completar-se. Esse é o caso da charge do cartunista Marcos Aurélio publicada no jornal *Zero Hora* de 25 de fevereiro de 2002. Nessa charge, o cartunista apresenta o desenho de um edifício contendo vários apartamentos. Abaixo da janela de um apartamento, há duas faixas. Em uma, lê-se “Valeu, Chico. Bixo Uniparticular”; na outra, “Vende-se este apartamento”. Está claro que essa charge critica os valores cobrados por universidades particulares no Brasil, porém, essa crítica só pode ser compreendida a partir de um complexo processo de interpretação, que envolve a ativação de suposições de domínio público e de uma suposição que precisa ser construída. As suposições do primeiro tipo são apresentadas em (12)-(17).

(12) Universidades particulares são instituições de ensino que exigem pagamento em troca da prestação de seus serviços.

(13) Se alguém ingressa em um curso de uma universidade particular, precisa pagar por ele.

(14) Chico ingressou em um curso de uma universidade particular.

(15) Um apartamento é um bem de valor elevado.

(16) Se alguém vende um apartamento, recebe um valor elevado.

(17) Chico ou alguém de sua família está vendendo um apartamento.

Todas essas suposições estão dadas, de alguma forma, para o intérprete da charge, seja por meio de informações nela presentes, seja mediante o domínio de conteúdos culturalmente compartilhados. Não obstante, há uma suposição que precisa ser construída pelo intérprete para que o esforço representado pelo processamento das informações presentes na charge possa produzir algum efeito contextual. Ela está expressa em (18).

(18) O dinheiro proveniente da venda do apartamento de Chico servirá para pagar seus estudos.

No quadro da TR, (18) é uma premissa implicada por relevância (sendo também uma implicatura). Essa premissa é uma suposição necessária para a produção da implicatura (19).



(19) Os estudos de Chico custarão um valor elevado.

O que a charge mencionada ilustra é muito importante quando se pensa em interpretação. Ela revela que, para se atribuir sentido a enunciados, muitas vezes, é necessário realizar suposições que não estejam presentes na memória do intérprete (nem de curto, nem de longo prazo), capazes de completar o processo de interpretação. Essas são premissas criadas, que mostram como a interpretação de enunciados (e textos) é um processo criativo, dependente de habilidades inferenciais complexas. Na busca por relevância, intérpretes engajam-se em um processo de formação de contextos, marcado não só pelo resgate de informações presentes na memória, mas também pela criação de suposições úteis à interpretação.

Textos de humor evidenciam processos presentes em toda interpretação, com a vantagem de que, da efetiva consolidação desses processos, depende a consecução de seu fim último, que é o riso. Textos dessa natureza têm a vantagem de colocar em evidência o papel da inferência na interpretação, chamando a atenção para processos que, na comunicação diária, freqüentemente passam despercebidos pelos falantes.

TEXTOS DE HUMOR E A PRÁTICA ESCOLAR DA INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A utilização de textos de humor em sala de aula representa um ganho em diversos sentidos. O mais evidente deles é o fato de que, diante de textos desse tipo, alunos assumem uma postura mais descontraída. O aluno fica mais disposto a engajar-se nas atividades propostas, mas de nada adianta descontraí-lo para, em seguida, exigir-lhe a análise de aspectos gramaticais de frases desconectados da interpretação, recolocando-o em uma prática tradicional, sem sentido para ele.

A interpretação de textos de humor presta-se a um conjunto de atividades rico, em que diversos aspectos, inclusive os gramaticais, podem ser explorados com os alunos. A vantagem é que, nesse tipo de análise, tudo precisa estar a serviço da interpretação, de forma a ficar claro, para o aluno, que a compreensão de enunciados depende da ação combinada de diversos níveis (fonológico, morfológico, semântico, sintático e pragmático).

Uma boa estratégia é, em um primeiro momento, desvincular a utilização do texto de humor, em sala de aula, das atividades



escolares típicas. Dessa forma, o professor pode estabelecer um ambiente de camaradagem entre colegas, propondo a realização semanal de um momento de contar histórias engraçadas. Alunos podem contar piadas, trazer tiras e charges de humor para mostrar e apresentar paródias de músicas conhecidas. Crianças de todas as idades estão dispostas a destinar parte de seu tempo a atividades de socialização por meio do discurso.

Essa hora do humor, por si só, já é um exercício capaz de aumentar a proficiência em fala do aluno, uma vez que contar bem uma história engraçada requer algum treino e planejamento. Depois de criar o saudável hábito de contar histórias entre os alunos, o professor pode passar a propor exercícios de análise das histórias. A pergunta fundamental a nortear a análise deve ser a seguinte: por que determinada história provoca o riso? Em cada história, cada piada, cada charge, muito pode ser conscientizado sobre interpretação quando se busca o processo subjacente ao efeito almejado.

As razões para o efeito de humor em textos podem se dever a aspectos de diversas ordens. A análise de textos engraçados presta-se a descobertas nas áreas da semântica, da sintaxe, da morfologia, da fonética e fonologia, no entanto, pouco se fala sobre a possibilidade de, a partir de textos de humor, conscientizar-se o aluno sobre as heurísticas de que se utiliza para a interpretação pragmática. Chamar a atenção do aluno para os conhecimentos que mobiliza na interpretação, para os raciocínios que realiza, é fazer um tipo de metalinguagem a que a escola está pouco habituada. Evidentemente, não se trata de ensinar Teoria da Relevância na escola, mas de, utilizando-se seu conhecimento (por parte do professor), reconhecer uma instância da linguagem para cuja análise a escola pouco se volta: a instância da mobilização inferencial na interpretação.

De fato, a partir de alguns conceitos encontrados na TR, o professor pode estimular o aluno a refletir sobre a relevância dos enunciados presentes em textos de humor para, então, examinar a interpretação de uma forma geral. Nessa reflexão, deve chamar a atenção para processos inferenciais, abordando-os em grau de complexidade condizente com a série em que o aluno se encontra. Independente do modo como a inferência seja descrita (de modo mais ou menos formal), a sua explicitação tem um efeito iluminador, importante para o desenvolvimento da capacidade interpretativa



do aluno. Além disso, pode-se observar o papel dos conhecimentos prévios na interpretação, conscientizando o aluno sobre o fato de que ela não opera no vácuo. A partir daí, pode-se ainda questionar o aluno sobre a relação que existe entre esforço e efeito na interpretação, fazendo-o refletir sobre as implicações existentes nas formas alternativas de enunciar conteúdos.⁷ Tudo isso pode começar a fazer parte da discussão escolar, de forma que o professor possa não apenas perguntar “o que”, mas que possa avançar para “por que” e para “como”.⁸

A uma maior conscientização acerca da interpretação, podem seguir-se atividades de produção de textos de humor, em que os alunos exercitem sua criatividade. Com isso, fecha-se um ciclo que começa pela interação desinteressada, passa pela análise e termina na criação, importante elemento para reforçar a confiança do aluno e inseri-lo no circuito de produção de sentido, que deve ter espaço em uma escola comprometida com a qualidade.

CONCLUSÃO

Uma das críticas comuns à academia aponta para a desconexão entre trabalhos e a prática escolar. Os estudos avançam rumo à compreensão da linguagem, mas a escola continua distante dos resultados. À parte os conhecidos problemas de ordem político-institucional do ensino brasileiro, a crítica tem algum fundamento. A Pragmática tem uma longa tradição de debate que pode ser explorada com a finalidade de sugerir propostas práticas para o ensino. Com sua malha conceitual, a Teoria da Relevância é um importante paradigma de análise, capaz de fundamentar uma reflexão de qualidade sobre a prática escolar.

Ao chamar a atenção para os aspectos cognitivos envolvidos no processamento de enunciados, a TR permite a compreensão de que a interpretação não é uma atitude passiva, ao contrário, depende de um envolvimento ativo do destinatário da mensagem, que se encontra permanentemente exigido em sua capacidade inferencial.

⁷ Em relação a textos de humor, é interessante notar que, muitas vezes, uma mesma história, contada de modo distinto, pode deixar de provocar o riso.

⁸ É muito comum encontrar atividades em livros que exploram a interpretação de texto como perguntas do seguinte tipo: “o que o personagem X quis dizer quando falou Y”? Uma prática inspirada na TR permite avançar para perguntas do tipo “por que a passagem X tem determinado sentido?”.



Na prática escolar, essa compreensão reflete-se necessariamente em atividades nas quais o aluno é retirado da posição de paciente e colocado como agente da geração de sentido, tanto na recepção quanto na produção textual. A compreensão promovida pela TR fundamenta uma prática radicalmente distinta para o professor, que deixa de se preocupar exclusivamente com verificação da compreensão do aluno e passa a interessar-se pela exploração dos processos envolvidos na produção de sentido, tanto nas atividades de leitura quanto nas de produção textual. Sem dúvida, é um salto de qualidade considerável, que instaura uma nova perspectiva no tratamento da interpretação de textos, capaz de estimular um envolvimento mais profundo do aluno e gerar resultados mais efetivos no ensino de língua materna.

REFERÊNCIAS

- GRICE, H. Paul. Meaning. In: STEINBERG, Danny D.; JAKOBOVITS, Leon A. (Org.). *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p.53-59.
- GRICE, H. Paul. *Studies in the way of words*. Harvard: Harvard University Press, 1991.
- REDDY, Michael. The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, A. (Ed.). *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p.164-201.
- SILVEIRA, Jane Rita Caetano da; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância e outros ensaios*. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. 2.ed. Cambridge, USA: Blackwell, 1995.
- STALNAKER, Robert C. Assertion. In: OH, Choon-kyu; DINNEEN, David A. *Syntax and Semantics*. New York: Academic, 1979. V. 9.

Recebido em fevereiro de 2008
e aceito em setembro de 2008.

Title: Contributions of Relevance Theory for text interpretation: a demonstration through humor texts

Abstract: *Relevance Theory is currently an important paradigm in Pragmatics. This article aims to show some contributions of this theory for text interpretation activities in school through the analysis of humor texts. Some important concepts of the theory, through which the analysis is done, are here presented. A reflection on the school practice of text interpretation is also proposed in the light of Relevance Theory concepts, suggesting reading activities which aim at raising awareness regarding the inferential aspect of the utterance interpretation.*

Key-words: *Relevance Theory; implicature; inference; textual interpretation; education.*